

RESENHAS

MULHER, CASA E FAMÍLIA: cotidiano nas camadas médias paulistanas
CRISTINA BRUSCHINI

São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990.222p.

Surge oportunamente o livro *Mulher, Casa e Família* de Cristina Bruschini. Versão sintética e tornada mais leve da tese de doutorado defendida pela autora na USP em 1986.

A oportunidade da publicação é dupla. Em primeiro lugar, em virtude da pouca freqüência com que as camadas médias da sociedade brasileira visitam o universo de preocupações de nossos cientistas sociais, principalmente no caso dos estudos de família.

E segundo lugar, porque é extremamente oportuno ter-se em mãos os resultados de uma análise qualitativa em profundidade num momento em que os dados apresentados no Censo e nas PNADs referentes aos anos oitenta — aumento das taxas de separação e de divórcio, predomínio inconteste das famílias nucleares no conjunto da população, aumento das famílias monoparentais, principalmente daquelas chefiadas por mulheres, crescimento dos domicílios unipessoais — sugerem a tentadora hipótese de uma eventual "revolução" dos padrões familiares no Brasil.

O livro de Bruschini funda-se em uma pesquisa sobre o cotidiano familiar realizada com 15 famílias do município de S. Paulo selecionadas a partir da amostra inicial de 2000 domicílios elaborada pelo DIEESE para a realização de sua pesquisa "Padrão de Vida, Emprego e Desemprego na Grande São Paulo" em 1981.

A pesquisa DIEESE permite um "retrato" preliminar das famílias paulistanas, o qual garante à autora a presença de certos parâmetros de referência para a análise que empreende dos casos selecionados, todos eles referentes a famílias jovens, com filhos de até 14 anos de idade.

Sendo leitura extremamente agradável, evitando os excessos do "sociologuês", não obstante o livro não faz concessões quanto aos requisitos de um trabalho científico: Mantém, assim, a estrutura de uma tese acadêmica — explicitando e discutindo os critérios teórico-metodológicos que levaram a uma determinada construção do objeto "família" e orientaram a análise realizada.

Assim, inicialmente a autora busca retrazar os caminhos teórico-políticos que permitem que, no Brasil, nos inícios dos anos 70, os estudos sobre família, relegados ao abandono por quase duas décadas, adquiram uma nova legitimidade na academia, passando a ser encarados como objeto merecedor de análise científica e com profundas implicações políticas, em função do desenvolvimento tanto dos estudos sobre a condição feminina quanto dos estudos demográficos.

Feita esta digressão inicial, a autora dedica-se a rever, no primeiro capítulo, a bibliografia nacional e internacional, buscando identificar, nas diferentes correntes teóricas, as respostas possíveis a duas questões básicas: "o que é" e "para que serve" a família?

A revisão realizada não é exaustiva, mas permite que o leitor acompanhe passo a passo a construção do referencial teórico utilizado posteriormente pela A. na análise de seu próprio material. Revisão e construção se completam em uma seção específica sobre a família brasileira onde são analisadas as contribuições dos historiadores ao conhecimento das famílias no passado e a contribuição dos cientistas sociais dos anos 70 e 80 para o conhecimento das famílias contemporâneas — contribuição esta mais freqüente para as famílias das classes populares do que para a análise das famílias de camadas médias.

O resultado deste minucioso exame, que toma perto de 50 páginas do livro, explicita-se no capítulo 2, onde a autora busca superar as deficiências teórico-metodológicas que considera presentes na bibliografia através da construção de seu próprio referencial.

Assim, a autora enfatiza a dupla dimensão implícita no conceito "família" — de um lado, a dimensão institucional, na medida em que as famílias constituem unidades de reprodução social (af incluídas a reprodução biológica como também a ideológica — e, portanto, o parentesco, a sexualidade, a socialização) mas, enquanto tal, referidas e mediatizadas pela sua localização particular em uma determinada estrutura social.

De outro lado, *et pour cause*, as famílias são também grupos sociais heterogêneos, compostos por indivíduos diferenciados por sexo e idade, de personalidade variável, "que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções (...) Assim a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas poten-

cialmente geradoras tanto de relações prezerosas quanto conflitivas" (p.80).

Mais do que em conseguir chegar a uma conceituação exaustiva da família, o mérito da autora reside antes em apontar para a importância de se apreender simultaneamente, na análise empírica, a relação família-sociedade global, de um lado e, do outro, a relação indivíduos-família. Escapa-se assim de um duplo perigo de reducionismo. Do reducionismo sociológico, que nega qualquer importância às ações e desejos individuais na construção da realidade. Mas também do reducionismo psicologizante, que é incapaz de enxergar exatamente a dimensão do social e do institucional para além das ações e desejos individuais.

Com este duplo cuidado, consegue-se entender um pouco melhor esta realidade multifacetada, altamente contraditória, de contornos imprecisos e cambiantes a que chamamos "família", enquanto espaço de relações interpessoais envolvendo consenso e confronto (e, portanto, poder) de permanência e de mudança a nível de papéis, normas e valores sociais.

Por outro lado, a autora consegue superar também outra deficiência comum nas análises de família, que consiste em classificá-las na estrutura social a partir exclusivamente das condições ocupacionais e econômicas do chefe de família (quase sempre o homem). A metodologia da análise qualitativa muito bem utilizada neste caso permite que se pondere, na localização social das famílias, a inserção produtiva de ambos os cônjuges, bem como os aportes econômicos, sociais e culturais que cada um deles traz ao casamento, a partir das respectivas famílias de orientação.

A partir destas referências básicas, a análise do material empírico realizada no capítulo 3 é extremamente rica. As quinze famílias estudadas — em função de critérios tais como nível de instrução, tipo de ocupação de ambos os cônjuges e renda familiar — foram distribuídas em três categorias sociais diferenciadas: uma delas, composta por um casal de operários têxteis, distingue-se de forma absoluta das demais. Estas outras, por sua vez, distribuem-se por dois estratos distintos embora ambos possam ser considerados integrantes das camadas médias. O estrato 1 abrange nove famílias e o estrato 2 abrange cinco.

Entre as nove famílias do estrato 1, pelo menos um dos cônjuges tem nível de instrução superior; em termos

ocupacionais, são profissionais liberais, comerciantes ou empresários e a renda familiar é igual ou superior a treze salários mínimos. Entre as cinco famílias do estrato 2, a renda familiar varia entre 8 e 17 salários mínimos, os cônjuges têm nível de instrução equivalente ou pouco superior ao ginasial. As ocupações desenvolvidas podem ser consideradas manuais especializadas e não-manuais de rotina.

As diferenças e semelhanças entre estes estratos vão se constituindo na própria análise do cotidiano familiar, apreendido em termos de cinco grandes tópicos: estilos de vida, trabalho doméstico, redes de parentesco e de vizinhança, lazer, relacionamento entre cônjuges e entre pais e filhos.

Todos estes tópicos são minuciosamente esquadrihados. O ponto alto da análise, sem dúvida, é o trabalho doméstico, estratégico também para desvendar aspectos significativos dos outros tópicos.

Na análise realizada, o conceito de trabalho doméstico é ampliado para incluir não apenas as atividades "materiais" de produção de valores de uso propriamente ditas, mas também a gerência e a administração do lar, os cuidados com as crianças e a manutenção da rede de parentesco. Assim ampliada sua concepção, a A. compara sua realização nas diferentes famílias segundo a presença ou ausência de trabalho remunerado da dona de casa, a presença ou ausência de empregada doméstica, tipo de participação do marido, alterações de rotina em função de estilos de vida, tamanho do grupo doméstico etc.

Se as diferenças entre a única família operária investigada e as demais emergem de forma muito nítida na análise, eventuais diferenças a nível de organização e dinâmica familiares *que possam ser atribuídas à pertinência a estratos diferenciados de camadas médias* são mais difíceis de serem detectadas. Ambos parecem caracterizar-se pela extrema heterogeneidade de arranjos familiares cotidianos. Por outro lado, a despeito da heterogeneidade destes arranjos, certos elementos parecem comuns à maioria das famílias.

Assim, para a autora, nas famílias de ambos os estratos persiste a divisão hierárquica e assimétrica de papéis entre os cônjuges, sendo o cotidiano centralizado na figura da esposa e a participação do marido nos afazeres domésticos seletiva e eventual. A rede de parentesco de-

semprenha importante papel na vida das famílias, tanto a título de ajuda financeira quanto de troca de serviços.

Por outro lado, a centralidade da criança para estas famílias é inequívoca. Todos os esforços são eviados para garantir-lhes boa alimentação, boa escolaridade, bom uso dos tempos livres, tarefas que mobilizam enormemente não apenas as mães como também os pais. A partir daí, a avó torna-se uma figura extremamente importante, mesmo quando não reside na mesma casa, pois o casal depende dela para tomar conta dos netos e ter assim alguma oportunidade de lazer.

Esta centralidade da criança na família já aponta para significativas mudanças de relacionamento parental, que parece ser mais franco e aberto entre as famílias investigadas do que teria sido entre as famílias de orientação. Para a autora, o relacionamento parental parece ser mais susceptível a mudanças do que o relacionamento conjugal. Este sim parece ser mais resistente e — a despeito de pequenos focos de transformação detectáveis em atitudes específicas — parece continuar se fundando na assimetria e na segregação de papéis sexuais.

Para a autora, "atitudes realmente mais transformadoras em relação aos papéis conjugais foram observadas, no entanto em apenas alguns casais do estrato mais alto da camada média, que dividem de maneira relativamente igualitária as tarefas domésticas, administram em conjunto o orçamento familiar e compartilham, sempre que possível, todas as decisões. Em todos estes casais de relacionamento conjugal conjunto, ambos os cônjuges têm nível superior de instrução e profissões liberais" (p.211).

Pela riqueza da bibliografia, pelo cuidado com que é feita a análise empírica, o trabalho de Cristina Bruschini representa importante contribuição aos estudos de família no Brasil. Por isso mesmo, é leitura obrigatória para todos aqueles que se dedicam a estes temas ou a temas correlatos, como mulher, criança, educação. Mas pode ser lido também sem maiores problemas e com bastante proveito, por um público mais amplo e não-especialista, interessado em conhecer um pouco melhor os estilos de vida vigentes nas camadas médias paulistanas.

Elisabete Dória Bilac

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS

Rio de Janeiro, FASE, 1989.

A história tem desempenhado um importante papel nos processos de conformação de identidades sociais. Já no século XIX, ao se voltar para as origens e a constituição da nação, ela assumiria destacada relevância para os Estados em formação. Através dela se esboçava uma determinada representação da nação, seus heróis, suas grandes datas, seus símbolos, seus valores. Mais ainda, através dela se formava o próprio cidadão afirmando, dentro de uma mesma unidade territorial, uma identidade nacional. Constituindo-se assim, ao mesmo tempo, nos dizeres do historiador francês François Furet, numa genealogia da nação e numa pedagogia do cidadão, a História justificava sua inserção como disciplina autônoma nos currículos escolares.

Tal a história que prevaleceu durante um largo período de tempo. Por seu caráter estritamente factual, privilegiando grandes feitos políticos, militares e diplomáticos, por sua ênfase na cronologia e, em particular, por seu corte marcadamente elitista, entretanto, ela foi alvo de variadas e duras críticas. Uma das vozes discordantes foi a dos historiadores de esquerda, que propugnavam a necessidade de se trazer ao proscênio as grandes massas, as classes dominadas, retirando-as das sombras e do silêncio a que haviam sido confinadas pelos vencedores dos embates sociais, por uma visão elitista e individualista da história.

Militante, em grande parte, esta história dos vencidos também se colocava na perspectiva de uma transformação social. Assim é que, em meados dos anos 70, o historiador Jean Chesneaux, também francês, afirmava que a história se definia como uma relação ativa com o passado. Defendia ele a necessidade de se romper com a historiografia dominante, mantenedora do *status quo*, construindo uma história transformadora, uma história que, voltando-se para as lutas das classes dominadas, no passado, pudesse contribuir para mudar o presente e promover o futuro.

Destarte, além da história real, concreta, processo em que todos nós estamos inseridos, também a história escrita, produzida pelos historiadores, se mostra como um cam-